

**CONCURSO PÚBLICO**

**ANÁLISES QUÍMICAS DE AMOSTRAS**

**DE SONDAGENS**



**PROGRAMA DO CONCURSO**

**PROCESSO N.º GER/563/2025**

**MAIO DE 2025**

## **PROGRAMA DO CONCURSO**

# **ANÁLISES QUÍMICAS DE AMOSTRAS DE SONDAGENS**

**APROVADO**

---

**Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus**  
(Presidente do Conselho de Administração)

---

**Zélia do Rosário do Vale Estêvão**  
(Vogal do Conselho de Administração)

## ÍNDICE

Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso .....	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3.º Decisão de contratar .....	3
Artigo 4.º Impedimentos.....	3
Artigo 5.º Assinatura eletrónica .....	6
Artigo 6.º Peças do procedimento.....	7
Artigo 7.º Esclarecimentos e erros e omissões .....	7
Artigo 8.º Concorrentes.....	8
Artigo 9.º Proteção de dados pessoais .....	9
Artigo 10.º Documentos que constituem a proposta.....	9
Artigo 11.º Propostas variantes, negociação e leilão eletrónico .....	12
Artigo 12.º Prazo para a apresentação de propostas e local da sua apresentação .....	12
Artigo 13.º Prazo de manutenção das propostas .....	12
Artigo 14.º Preço anormalmente baixo.....	12
Artigo 15.º Critério de adjudicação.....	12
Artigo 16.º Esclarecimentos e suprimimentos de propostas.....	13
Artigo 17.º Relatório preliminar .....	14
Artigo 18.º Audiência prévia.....	14
Artigo 19.º Relatório final .....	15
Artigo 20.º Notificação da decisão de adjudicação.....	15
Artigo 21.º Documentos de habilitação .....	16
Artigo 22.º Caução.....	18
Artigo 23.º Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário.....	18
Artigo 24.º Aprovação da minuta do contrato .....	18

Artigo 25.º Notificação da minuta do contrato .....	18
Artigo 26.º Aceitação da minuta do contrato .....	19
Artigo 27.º Redução do contrato a escrito .....	19
Artigo 28.º Prevalência .....	19
Artigo 29.º Novos serviços .....	19
Artigo 30.º Despesas e encargos .....	20
Artigo 31.º Legislação aplicável .....	20
ANEXOS .....	21

#### Artigo 1.º

##### **Identificação e objeto do concurso**

- 1 - O presente concurso público adota a designação de “Análises Químicas de Amostras de Sondagens”.
- 2 - O objeto do concurso é a contratação de serviços de análises químicas de amostras de sondagens, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos.

#### Artigo 2.º

##### **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., adiante abreviadamente EDM, com escritórios na Rua Sampaio e Pina, n.º 1, 3.º andar direito, 1070-248 Lisboa, com o telefone n.º 213849150, o fax n.º 213849169 e o endereço de correio eletrónico concursos@edm.pt.

#### Artigo 3.º

##### **Decisão de contratar**

- 1 - A decisão de contratar que dá início ao procedimento foi tomada pela Administração da EDM, em conformidade com o disposto nos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente CCP.
- 2 - O procedimento de concurso público tem fundamento no critério geral previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP e deve-se à impossibilidade de realização dos serviços através de recursos próprios.

#### Artigo 4.º

##### **Impedimentos**

- 1 - Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que:
  - a) Se encontrem em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas ou tenham pendente um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei;

- b) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, no caso de pessoas singulares, ou, no caso de pessoas coletivas, quando tenham sido condenados por aqueles crimes a pessoa coletiva ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, e estes se encontrem em efetividade de funções, em qualquer dos casos sem que, entretanto, tenha ocorrido a respetiva reabilitação;
- c) Tenham sido objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido objeto de aplicação daquela sanção administrativa os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;
- d) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Não tenham a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação de sanção acessória de proibição de participação em procedimentos de contratação pública previstos em legislação especial, nomeadamente nos regimes contraordenacionais em matéria laboral, de concorrência e de igualdade e não-discriminação, bem como da sanção prevista no artigo 460.º do CCP, durante o período fixado na decisão condenatória;
- g) Tenham sido objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

- h) Tenham sido condenadas por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação:
- i. Participação numa organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 1.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008;
  - ii. Corrupção, tal como definida no artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários da União Europeia ou dos Estados-Membros da União Europeia e no n.º 1 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, e nos artigos 372.º a 374.º-B do Código Penal;
  - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv. Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, tal como definidos no artigo 1.º da Diretiva n.º 2015/849, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo;
  - v. Infrações terroristas ou infrações relacionadas com um grupo terrorista, tal como definidas nos artigos 3.º e 4.º da Diretiva n.º 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, ou qualquer infração relacionada com atividades terroristas, incluindo cumplicidade, instigação e tentativa, nos termos do artigo 14.º da referida diretiva;
  - vi. Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, tal como definidos no artigo 2.º da Diretiva n.º 2011/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011;
- i) Tenham, a qualquer título, prestado, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que



- lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;
- j) Tenham diligenciado no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar do órgão competente, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no procedimento, ou tenham prestado informações errôneas suscetíveis de alterar materialmente as decisões de exclusão, qualificação ou adjudicação;
  - k) Estejam abrangidas por conflitos de interesses que não possam ser eficazmente corrigidos por outras medidas menos gravosas que a exclusão;
  - l) Tenham acusado deficiências significativas ou persistentes na execução de, pelo menos, um contrato público anterior nos últimos três anos, tendo tal facto conduzido à resolução desse contrato por incumprimento, ao pagamento de indemnização resultante de incumprimento, à aplicação de sanções que tenham atingido os valores máximos aplicáveis nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do CCP, ou a outras sanções equivalentes.
- 2 - Para efeitos do disposto na alínea k) do número anterior, podem ser ponderadas, como medidas menos gravosas que a exclusão, designadamente, a substituição de membros do júri ou de peritos que prestem apoio ao júri, a instituição de sistemas de reconfirmação de análises, apreciações ou aferições técnicas, ou a proibição de o concorrente recorrer a um determinado subcontratado.

#### Artigo 5.º

##### **Assinatura eletrónica**

- 1 - Todos os documentos têm que ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na Plataforma Eletrónica, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 12/2021, de 9 de fevereiro, na sua redação atual, e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente programa do concurso.
- 2 - Os documentos que constituem as candidaturas e as propostas devem ser submetidos na Plataforma Eletrónica, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, após aposição da assinatura eletrónica nos termos do n.º 1.



- 3 - Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
- 4 - Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão do Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.
- 5 - Os documentos eletrónicos em padrão aberto, designadamente em *eXtensible Markup Language (XML)* e *Design Web Format (DWF)*, são dispensados de aposição de assinatura eletrónica qualificada desde que sejam acompanhados por documento eletrónico com igual conteúdo em *Portable Document Format (PDF)*, devidamente assinado nos termos do disposto no presente artigo que prevalecerá sobre os documentos em padrão aberto.
- 6 - O incumprimento do disposto nos números anteriores constitui motivo de exclusão da candidatura ou proposta, exceto na situação prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

#### Artigo 6.º

##### **Peças do procedimento**

- 1 - As peças do procedimento são disponibilizadas através da Plataforma Eletrónica acinGov utilizada pela entidade adjudicante (adiante “Plataforma Eletrónica”), alojada no seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>.
- 2 - As comunicações, trocas e arquivo de dados e informações no âmbito do presente procedimento, processam-se através da Plataforma Eletrónica.

#### Artigo 7.º

##### **Esclarecimentos e erros e omissões**

- 1 - Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

- 2 - A lista com os erros e as omissões detetados deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que apenas puderem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 3 - O incumprimento do dever de identificar erros e omissões a que se referem os números anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.
- 4 - Os esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, serão prestados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 5 - Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.
- 6 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### Artigo 8.º

##### **Concorrentes**

- 1 - Podem apresentar propostas as entidades interessadas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.
- 2 - Podem ser concorrentes, agrupamentos de pessoas coletivas, ainda que entre estas não exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 3 - Os membros de um agrupamento concorrente só podem apresentar uma proposta, não podendo integrar mais de um agrupamento ou, em simultâneo, integrar um agrupamento e concorrer individualmente.
- 4 - Consideram-se como uma mesma entidade duas ou mais empresas quando uma delas exerce, direta ou indiretamente, uma influência dominante sobre a outra.
- 5 - Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

- 6 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, têm de associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, com sede em Portugal, tendo por objeto exclusivo, ao longo de todo o período do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão.
- 7 - O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b) c) e d) do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

#### Artigo 9.º

##### **Proteção de dados pessoais**

- 1 - Os interessados, concorrentes ou candidatos que participem no presente procedimento pré contratual, devem assegurar o cumprimento dos deveres previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (RGPD) e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais, bem como garantir os direitos dos seus titulares constantes nas informações, propostas, candidaturas ou qualquer outro tipo de documento que nele apresentem ou, por via da sua participação, tenham acesso.
- 2 - A violação dos deveres constantes na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, no RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais responsabiliza os interessados, concorrentes ou candidatos nos termos legais, nomeadamente quanto à informação e consentimento dos seus titulares.
- 3 - O tratamento dos dados pessoais que constem nos documentos apresentados no procedimento, terá como único objeto a formação do contrato a que se destina e o cumprimento das obrigações da entidade adjudicante decorrentes do procedimento.

#### Artigo 10.º

##### **Documentos que constituem a proposta**

- 1 - A proposta é constituída pelos seguintes documentos, cuja omissão constituirá motivo de exclusão nos termos da alínea d), do n.º 2, do artigo 146.º do CCP:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o Anexo I;
  - b) Proposta de preço de acordo com o Anexo II, que deverá apresentar o preço total para o fornecimento;
  - c) Lista de preços unitários elaborada de acordo com o Anexo III;
  - d) Declaração do concorrente com a indicação do Diretor Técnico, que será o gestor do contrato e único interlocutor com a Entidade Adjudicante;
  - e) Declaração assinada pelo Diretor Técnico da prestação dos serviços, assumindo a responsabilidade pela função proposta, comprometendo-se a desempenhá-la durante toda a prestação com proficiência e rigor;
  - f) Documento que contenha os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, previstos no n.º 3 da Cláusula 7.ª do Caderno de Encargos;
  - g) Declaração do concorrente:
    - i. com a indicação das entidades a subcontratar e especificação das tarefas a executar, acompanhadas de declaração de compromisso de aceitação emitidas por essas entidades em caso de adjudicação;
    - ii. com indicação de que não prevê recorrer à subcontratação, caso não se verifique a situação prevista no ponto i. anterior;
  - h) Certidão do Registo Comercial ou respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.
  - i) Documento Europeu Único de Contratação Pública, de acordo com a Circular Informativa n.º 01/IMPIC/2016.
- 2 - Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar.
- 3 - Os documentos que compõem a proposta têm que ser apresentados no formato *Portable Document Format* (PDF), sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 5.º

do presente Programa de Concurso, sob pena de exclusão da proposta.

- 4 - Todos os documentos carregados na Plataforma Eletrónica deverão ser previamente assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 5 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à Plataforma Eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
- 6 - Todos os preços ou valores monetários constantes da proposta são expressos em euros e devem ser indicados em algarismos sem incluir o IVA.
- 7 - Quando algum valor constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência prevalece este último e sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 8 - Todos os preços devem ser apresentados até à segunda casa decimal, sendo os arredondamentos feitos, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo e, no caso de ser um valor exatamente intermédio, será feito por excesso.
- 9 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, pelos seus representantes, ou pelo representante comum, quando acompanhada de instrumentos de mandatos, emitidos por cada uma das entidades que o compõem, a designar um representante comum para a prática todos os atos no âmbito do concurso.
- 10 - Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerar indispensáveis, por conterem atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- 11 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o interessado fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como da declaração relativa à prevalência das traduções sobre os respetivos originais.

Artigo 11.º

**Propostas variantes, negociação e leilão eletrônico**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes nem haverá lugar a negociação nem leilão eletrônico.

Artigo 12.º

**Prazo para a apresentação de propostas e local da sua apresentação**

- 1 - As propostas são apresentadas diretamente na Plataforma Eletrónica até às 17:00 horas do dia 30 de junho de 2025.
- 2 - As comunicações, trocas e arquivo de dados e informações no âmbito do procedimento processam-se através da Plataforma Eletrónica.

Artigo 13.º

**Prazo de manutenção das propostas**

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte dias) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 14.º

**Preço anormalmente baixo**

- 1 - Não se encontra definido no presente procedimento um preço ou custo considerado anormalmente baixo.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o preço ou custo constante da proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada, pelo que o concorrente deverá apresentar esclarecimentos relativos aos elementos constitutivos revelantes da sua proposta.

Artigo 15.º

**Critério de adjudicação**

- 1 - O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade monofator de avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, dado que se encontram definidos no caderno de encargos todos os restantes elementos da execução do contrato.
- 2 - Em caso de empate no valor da proposta de mais baixo preço e não existindo motivo de exclusão, a adjudicação recairá sobre a proposta que apresente o preço total mais baixo no primeiro item diferenciador dos itens a seguir indicados, conforme a

Lista de Preços Unitários, constante no Anexo III, exigida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do presente programa e de acordo com o seguinte ordenamento:

- a) Ref.<sup>a</sup> 3.3- Análise a As, Cu, Pb, Zn e Si por fusão de peróxido de sódio e espectroscopia de emissão atômica por plasma acoplado indutivamente (ICP-AES). 0.2 gramas amostra
- b) Ref.<sup>a</sup> 3.2 - Análise a pacote multielementar com 49 elementos por digestão por quatro ácidos\* + espectrometria de massa por plasma acoplado indutivamente (ICP-MS). 0.75 gramas amostra \*Análise a Hg após digestão por aqua regia
- c) Ref.<sup>a</sup> 3.1 - Análise a Au e Ag por ensaio de fogo e acabamento gravimétrico. 30 gramas amostra.
- d) Ref.<sup>a</sup> 7.3 - Análise a As, Cu, Pb, Zn e Si por fusão de peróxido de sódio e espectroscopia de emissão atômica por plasma acoplado indutivamente (ICP-AES). 0.2 gramas amostra
- e) Ref.<sup>a</sup> 7.2 - Análise a pacote multielementar com 49 elementos por digestão por quatro ácidos\* + espectrometria de massa por plasma acoplado indutivamente (ICP-MS). 0.75 gramas amostra \*Análise a Hg após digestão por aqua regia
- f) Ref.<sup>a</sup> 7.1 - Análise a Au e Ag por ensaio de fogo e acabamento gravimétrico. 30 gramas amostra.

Caso o empate persista após a aplicação da metodologia prevista no número anterior, haverá recurso a sorteio entre as propostas admitidas.

#### Artigo 16.º

##### **Esclarecimentos e suprimentos de propostas**

- 1 - O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou não completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 70.º do CCP.



- 3 - O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 4 - O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 5 - Os pedidos do júri formulados nos termos dos n.ºs 1 e 3, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados em Plataforma Eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto
- 6 - O não cumprimento dentro do prazo concedido para o efeito dos pedidos solicitados pelo júri e mencionados nos n.ºs 1 e 3 ou a não apresentação de justificação antes dele expirado, pode implicar a exclusão da proposta.

#### Artigo 17.º

##### **Relatório preliminar**

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação constante no programa do concurso, o Júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor, fundamentadamente a exclusão das propostas em função do disposto no artigo 146.º do CCP.
- 3 - No relatório preliminar deve ainda constar a referência aos esclarecimentos ou suprimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

#### Artigo 18.º

##### **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhe o

prazo de 5 (cinco) dias, para que se pronunciem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.

#### Artigo 19.º

##### **Relatório final**

- 1 - Cumprida a audiência prévia o Júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito da audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 2 - No previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo 147.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 4 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

#### Artigo 20.º

##### **Notificação da decisão de adjudicação**

- 1 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo a todos os concorrentes.
- 2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
  - b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou termos ou condições da proposta adjudicada.

- 3 - As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 21.º

**Documentos de habilitação**

- 1 - O adjudicatário deve entregar até às 17:00 horas do 5.º dia útil após envio da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo IV do presente programa de concurso (declaração de não impedimento, conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos);
  - b) Declaração que comprove ter a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Declaração que comprove ter a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certificado(s) de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
  - e) Cópia da certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor ou documento equivalente caso não seja pessoa coletiva, se aplicável;
  - f) Cópia do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).
- 2 - O adjudicatário não terá de apresentar os documentos previstos na alínea d), c) e d) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
- 3 - O adjudicatário deverá, ainda, entregar os seguintes documentos relativos à(s) pessoa(s) que intervêm no contrato:

- a) Elementos constantes no Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Identificação Fiscal;
  - b) Procuração com poderes para o ato, caso se verifique necessário e aplicável.
- 4 - No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deverá apresentar os documentos referidos nas alíneas do n.º 1 e os documentos referidos nas alíneas do n.º 3 deste artigo.
- 5 - Os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, nos termos disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 81.º do CCP.
- 6 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, nos termos disposto no n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 81.º do CCP.
- 7 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos através da Plataforma Eletrónica.
- 8 - Quando os documentos a que se referem a alínea b) do n.º 1 e os n.ºs 2 a 4 do artigo 81.º do CCP se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 9 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 ou nos n.ºs 2 a 4 do artigo 81.º do CCP, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
- 10 - O órgão competente para a decisão de contratar pode exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

- 11 -Ao adjudicatário poderá vir a ser solicitada a apresentação de qualquer outro dos documentos de habilitação referidos no n.º 8 artigo 81.º e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, através de Plataforma Eletrónica ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados.

#### Artigo 22.º

##### **Caução**

Tendo em conta que o preço contratual será inferior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), não é exigível a prestação de caução de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### Artigo 23.º

##### **Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato sob a forma jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

#### Artigo 24.º

##### **Aprovação da minuta do contrato**

- 1 - A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
- 2 - A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos ao conteúdo do contrato nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
- 3 - Da minuta do contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos do contrato nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP.

#### Artigo 25.º

##### **Notificação da minuta do contrato**

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo 100.º do CCP.

Artigo 26.º

**Aceitação da minuta do contrato**

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 27.º

**Redução do contrato a escrito**

O contrato será reduzido a escrito, sendo a sua outorga efetuada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do CCP.

Artigo 28.º

**Prevalência**

- 1 - As indicações constantes do Programa do Procedimento, do Caderno de Encargos e seus anexos, incluindo as Especificações Técnicas, prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência.
- 2 - As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da Plataforma Eletrónica de contratação, em caso de divergência.

Artigo 29.º

**Novos serviços**

- 1 - Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares objeto do presente concurso público.
- 2 - O cumprimento do disposto no número anterior apenas poderá implicar o pagamento de um preço contratual, cujo somatório do preço base relativo ao ajuste direto e do preço contratual do contrato a celebrar seja inferior ao montante definido na alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º do CCP, de acordo com o Regulamento Delegado UE 2019/1828 da Comissão Europeia, de 30 de outubro de 2019 e posteriores atualizações.

Artigo 30.º

**Despesas e encargos**

Todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do fornecedor.

Artigo 31.º

**Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação complementar, na sua versão mais atualizada.



# ANEXOS

## ANEXO I

### Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Programa de Concurso)

- 1 - [...] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:
  - a)...
  - b)...
  - ...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do

disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(4)</sup>].

**[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]**

- (<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (<sup>3</sup>) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (<sup>4</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

### Modelo de Proposta de Preço

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Programa de Concurso)

1 - [ ] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [ ] <sup>(1)</sup> (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do programa e do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público, para a aquisição de serviços de [...](designação ou referência ao procedimento em causa), propõe-se executar e fornecer em conformidade com o caderno de encargos pelo preço de \_\_\_\_\_ € (por extenso), não incluindo Imposto Sobre o Valor Acrescentado.

2 - À quantia supra indicada acrescentará o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

3 - <sup>(2)</sup>

#### [Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(3)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> Outros elementos aos quais o concorrente se vincule com a proposta, não constantes no Anexo I.

<sup>(3)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

### ANEXO III

#### Modelo de Lista de Preços Unitários

(alínea c) do n.º 1 artigo 10.º do Programa de Concurso)

[ ] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [ ] (¹) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do programa e do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar para a realização da [...](designação ou referência ao procedimento em causa), declara que o preço proposto é formado do seguinte modo:

Ref.ª	Descrição	Unid.	Qtd	Preço Unitário (Euros)	Preço Total (Euros)
<b>A - Identificação dos trabalhos em 2025</b>					
<b>1</b>	<b>Transporte de amostras dos armazéns da entidade adjudicante para laboratório</b>				
1.1	De Lisboa	Kg	1600		
<b>2</b>	<b>Processamento físico das amostras</b>				
2.1	Britamento de 70% abaixo de 2 mm. Quarteamento de 1 kg de amostra. Pulverização de 85% abaixo de 75 microns. Equipamento isento de tungsténio.	Amostra	583		
<b>3</b>	<b>Métodos analíticos</b>				
3.1	Análise a Au e Ag por ensaio de fogo e acabamento gravimétrico. 30 gramas amostra	Amostra	600		
3.2	Análise a pacote multielementar com 49 elementos por digestão por quatro ácidos* + espectrometria de massa por plasma acoplado indutivamente (ICP-MS). 0.75 gramas amostra *Análise a Hg após digestão por aqua regia	Amostra	600		
3.3	Análise a As, Cu, Pb, Zn e Si por fusão de peróxido de sódio e espectroscopia de emissão atómica por plasma acoplado indutivamente (ICP-AES). 0.2 gramas amostra	Amostra	600		
<b>4</b>	<b>Devolução das amostras ao armazém da entidade adjudicante</b>				
4.1	Para Lisboa	Amostra	600		
<i>Sub-total A - Identificação dos trabalhos em 2025</i>					

Ref.ª	Descrição	Unid.	Qtd	Preço Unitário (Euros)	Preço Total (Euros)
<b>B - Identificação dos trabalhos em 2026</b>					
<b>5</b>	<b>Transporte de amostras dos armazéns da entidade adjudicante para laboratório</b>				
5.1	De Lisboa	Kg	2800		
<b>6</b>	<b>Processamento físico das amostras</b>				
6.1	Britamento de 70% abaixo de 2 mm. Quarteamento de 1 kg de amostra. Pulverização de 85% abaixo de 75 microns. Equipamento isento de tungsténio.	Amostra	1022		
<b>7</b>	<b>Métodos analíticos</b>				
7.1	Análise a Au e Ag por ensaio de fogo e acabamento gravimétrico. 30 gramas amostra	Amostra	1054		
7.2	Análise a pacote multielementar com 49 elementos por digestão por quatro ácidos* + espectrometria de massa por plasma acoplado indutivamente (ICP-MS). 0.75 gramas amostra *Análise a Hg após digestão por aqua regia	Amostra	1054		
7.3	Análise a As, Cu, Pb, Zn e Si por fusão de peróxido de sódio e espectroscopia de emissão atómica por plasma acoplado indutivamente (ICP-AES). 0.2 gramas amostra	Amostra	1054		
<b>8</b>	<b>Devolução das amostras ao armazém da entidade adjudicante</b>				
8.1	Para Lisboa	Amostra	1054		
<i>Sub-total B - Identificação dos trabalhos em 2026</i>					
<b>TOTAL</b>					

... (local), ... (data), ... [assinatura (¹)].

(¹) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

**[Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]**

## ANEXO IV

### Modelo de Declaração de Habilitação

(alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º do Programa de Concurso)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(5)</sup>].

### [Assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal(ais)]

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(4)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(5)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º